

Estudo Técnico Preliminar 96/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 4032/2024

2. Objetivo

2.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para fins de contratação de empresa especializada em confecção de Cédulas Eleitorais, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

- 3.1. Trata-se de estudo técnico preliminar visando atender as exigências citadas no item 3.2.1.
- 3.2. A contratação de empresa especializada para serviços gráficos em geral objetiva a aquisição de Cédulas Eleitorais majoritárias e proporcionais para atender as necessidades para as Eleições 2024.
- 3.2.1. O material mencionado no subitem 2.2, é uma exigência contemplada na Lei 9.504/97 (Lei das Eleições), no seu art. 39-A, na Resolução de Atos Gerais das Eleições, no seu art. 82, na Resolução TSE nº 23.736 de 27 de fevereiro de 2024, no Ofício-Circular GAB-DG/TSE nº 81 /2024, na Portaria nº 273/2024, publicada em 09 de maio de 2024, no seu art. 1º, § IV, e no Art.10.
- 3.3. Dessa forma, esse Estudo Técnico Preliminar indicará a solução mais viável dentre as disponíveis no mercado para atender as demandas estabelecidas nos itens acima.
- 3.4. Diante do exposto acima, o documento oficial de demanda administrativa foi protocolado neste Tribunal, no dia 06/05/24, registrado sob o número SEI 4032/2024.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SPLE	JUSSARA DE GOIS BORBA MELO DINIZ

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. Requisitos orçamentários:
- 5.1.1. O valor previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2024 para essa demanda é de R\$ 55.785,00 no Planejamento Orçamentário Eleições - (POE). Dessa forma, a solução mais viável terá como teto orçamentário o valor previsto no PCA.

5.1.1.1. Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá que providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2. Requisitos técnicos:

5.2.1. Por motivo de especificidade do material a ser utilizado, ou por causa do acabamento mais detalhado, os itens descritos na tabela apresentada no subitem 8.4 deste estudo, deverão ser aprovados pela equipe técnica através de envio de amostra, prova ou boneco, antes da entrega definitiva do material solicitado, conforme a necessidade.

5.3. Requisitos temporais:

5.3.1. Diante da necessidade de acompanhar calendário eleitoral elaborado pelo TSE, a solução escolhida deverá ser contratada até 15/08/2024.

5.5. Requisitos operacionais:

5.5.1. O material descrito neste estudo é utilizado pelas Zonas Eleitorais. Os quantitativos foram estimados de acordo com a expectativa de usos nos anos anteriores.

5.6. Requisitos de sustentabilidade:

5.6.1. A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber.

5.6.2. A contratada deverá utilizar papéis com certificado de origem sustentável como FSC ou CERFLOR.

5.7. Requisitos fiscais e trabalhistas:

5.7.1. A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas.

5.8. Requisitos administrativos:

5.8.1. A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Após consulta realizada no mercado, incluindo o ambiente interno do Tribunal, foram encontradas as seguintes soluções:

6.1.1. Serviço realizado por equipe própria do Tribunal, mediante o uso de equipamentos existentes;

6.1.2. Serviço realizado pelo Tribunal, mediante a aquisição de equipamentos e contratação dos operários;

6.1.3. Pronta Entrega para eventual contratação do serviço;

6.2. Definição da solução mais viável:

6.2.1. A solução n.º 1, onde o trabalho seria realizado por equipe de servidores do próprio Tribunal, não envolveria custos diretos. No entanto, o TRE-RN não dispõe da infraestrutura adequada de equipamentos de produção gráfica nem equipe especializada, com experiência na operação das

diversas máquinas comumente utilizadas na realização de serviços gráficos de boa qualidade, de maneira a dispensar a atuação de um agente externo qualificado para tal. Nesse sentido, denota-se a **INVIABILIDADE desta solução**.

6.2.2. A solução n.º 2 requer a aquisição de equipamentos utilizados em gráficas em geral, a exemplo de impressoras de grande porte e funcionalidades variadas, máquinas de corte (guilhotinas, laminadoras, vincadeiras), encadernadoras; além dos respectivos suprimentos (papéis de composição, cores, formato e tamanhos variáveis; *tonners*; espirais de tamanhos e cores diversos; dentre os principais), serviço de manutenção periódica das máquinas; consumo de energia elétrica, bem como contratação de equipe de trabalho terceirizada. Assim, a adoção desta solução dependeria de um alto investimento em equipamentos gráficos, além dos custos com manutenção periódica e terceirização de mão de obra, podendo esta permanecer ociosa durante algum tempo, em razão da natureza esporádica dos serviços em questão, motivo pelo qual fica declarada a **INVIABILIDADE também desta solução**.

6.2.3. Diante do exposto, por tratar-se de entrega imediata após o envio das artes para o fornecedor, a escolha da solução n.º 3, apresenta uma relação custo x benefício bastante interessante para o Tribunal, resultando em maior economicidade para a Administração Pública, cujo valor poderá ser abaixo da programação orçamentária estabelecida para o exercício 2024, motivo pelo qual evidencia-se a viabilidade desta solução.

6.3. Dessa forma, sugere-se a adoção da solução nº 3, ou seja, Pronta entrega para contratação do serviço.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A modalidade “Pronta entrega”, faz-se necessária tendo em vista a urgência do material para o dia das Eleições 2024, todo o procedimento atinente à contratação precisa ter maior agilidade.

7.2 Convém considerar que se trata de serviços exclusivos para atender o pleito 2024, cujo planejamento quantificou a necessidade do material a ser adquirido, que por suas características, enquadram-se em serviços de pronta entrega, não disponíveis em estoques próprios. Nestes casos, a adoção da Pronta entrega mostra-se a escolha mais acertada, tanto por trazer para o órgão o benefício da economia de escala, como por possibilitar um gerenciamento mais eficiente das demandas, dentre outras vantagens.

7.3. A empresa contratada deverá demonstrar que possui capacidade técnica para prestar o serviço objeto do Termo de Referência a ser elaborado. Também deverá estar em quitação com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista.

7.3.1. Para os itens que demandem a apresentação prévia de “Prova”, esta deverá ser encaminhada à CONTRATANTE no prazo de 3 (três) dias úteis, com eventuais ajustes em até 2 (dois) dias úteis contados de sua solicitação, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

7.3.2. O prazo para entrega do material, não poderá ser superior aos dias úteis descritos na tabela abaixo, contados do recebimento do e-mail:

ITEM	PRAZO (dias corridos)
01 e 02	20 dias

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Com a finalidade de informar o quantitativo estimado da contratação, a equipe de planejamento pesquisou dados das contratações de anos anteriores e necessidades de impressos para uso nas eleições, conforme a memória de cálculo:

8.1.1. Cédulas eleitorais: 500 unidades por Zona Eleitoral por tipo de cédula, mais 10% de margem de segurança.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.227,92

9.1. A estimativa de valores foi levantada através de cotação enviada por empresa fornecedora e média de preços das atas anteriores.

9.2. Ressalte-se que os preços anotados são tão somente referenciais e buscam apresentar o estudo inicial da provável dimensão do impacto orçamentário, fornecendo sólidos subsídios para avaliação da viabilidade das contratações, e a previsão refere-se a um exercício, conforme o PCA citado no item 5.1.1.

9.3. A cotação dos itens foram enviadas pela empresa Liceu Gráfica e Editora LTDA.

9.4. Da descrição:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Cédula Eleitoral – Eleição Majoritária 1º e 2º turno, cor amarela, Tipo 1: <ul style="list-style-type: none">Prefeito (para uso no primeiro e segundo turnos); <p>Expecificações:</p> <p>Papel: opaco 75g/m2; Dimensões: - altura 84mm x largura 191mm; - Largura após a dobra: 84 mm</p> <p>Impressão: em preto e branco, frente e verso Cor: amarela.</p> <p>Conforme modelo em anexo.</p>	Milheiro	36	80,22	2.887,92

	OBS: Acondicionar o quantitativo de cada tipo de cédula em blocos de 500 unidades para facilitar a logística de distribuição. As embalagens de acondicionamento, se possível, devem ser compostas por materiais recicláveis.				
02	Cédula Eleitoral – Eleição Proporcional, cor branca, para Vereador (para uso no primeiro turno) – Tipo 2. Especificações: Papel: opaco 75g/m2; Dimensões: - altura 84mm x largura 191mm; - Largura após a dobra: 84 mm Impressão: em preto e branco, frente e verso Cor: branca. Conforme modelo em anexo. OBS: Acondicionar o quantitativo das cédulas em blocos de 500 unidades para facilitar a logística de distribuição. As embalagens de acondicionamento, se possível, devem ser compostas por materiais recicláveis.	Milheiro	36	65,00	2.340,00
TOTAL					5.227,92

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Não se aplica, já que os itens poderão ir para a disputa isoladamente.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No presente caso não se aplicam contratações correlatas ou interdependentes para essa finalidade.

11.2. As artes dos impressos relativos ao uso nas Eleições 2024 serão fornecidas pelo TSE, com os prazos de envio condicionados a liberação dos mesmos.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação do objeto do presente Estudo Preliminar encontra-se amparada pelo Plano de Contratações Anual (PCA 2024): Código da demanda NBE POE 24.01.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos se justifica pela ausência de estrutura adequada que possibilite garantir o atendimento das demandas das Zonas Eleitorais. Ademais, proporciona a eliminação de investimentos iniciais decorrentes da aquisição de equipamentos e mão de obra especializada, além da manutenção correspondente e dos custos com energia elétrica e outros gastos decorrentes.

13.2. A sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas as atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público. Em relação ao setor público, o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo-se também um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas. Nos casos de serviços gráficos em geral, destacam-se a utilização adequada dos aparelhos e equipamentos, e mão de obra especializada. Outra vantagem nesta solução é a redução de consumo de energia elétrica.

13.3. Um dos valores da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2015-2020) previsto na Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014, refere-se à prática da responsabilidade socioambiental. A Estratégia Nacional também estabeleceu como um dos Macrodesafios para o Poder Judiciário a Garantia dos Direitos de Cidadania, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e o uso de tecnologia limpa.

13.4. Neste sentido, o Plano de Logística Sustentável 2023 do TRE-RN, gerenciado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, estabelece como um dos seus objetivos “Promover o aprimoramento progressivo e contínuo dos processos de compras e contratações, visando a incorporação de especificações de bens, serviços e projetos regulados por critérios de sustentabilidade”.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não há providências a serem adotadas pela Administração a não ser as de praxe como a indicação de servidores para atuarem na equipe de fiscalização da contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Os possíveis impactos ambientais que podem surgir durante o processo de produção e serviços gráficos são relacionados ao consumo excessivo de recursos naturais, geração de resíduos sólidos a emissão de poluentes atmosféricos.

15.2 Para mitigar os impactos ambientais, é possível adotar algumas medidas, como o uso de materiais sustentáveis, papéis certificados, tintas eco-friendly e produtos que tenham menor impacto ambiental.

15.3 Outra forma de atenuar esses impactos, é a redução do desperdício, implementando práticas de produção eficiente, evitando a perda de material e recursos durante o processo.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação sugerida nesses Estudos Técnicos Preliminares é viável e já adotada com sucesso pelo TRE/RN em anos anteriores.

Carlos José Tavares da Silva

Integrante Demandante

Ana Paula Vasconcelos do Amaral e Silva Araújo

Integrante Técnico

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: DESPACHO SAOF - SEI 4032/2024. Id. 0035774.

CARLOS JOSE TAVARES DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 31/05/2024 às 12:18:40.